



Estrada de Ferro Carajás

Informações financeiras intermediárias

“Carve-out” do período de nove meses findo em
30 de setembro de 2025



Estrada de Ferro Carajás
Índice das Informações financeiras intermediárias "Carve-out"

Demonstração Intermediária do Resultado	3
Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa	4
Balço Patrimonial Intermediário	5
Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração Intermediária do Valor Adicionado	7
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias "Carve-out"	8
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias "Carve-out"	8
3. Receita de serviços, líquida	10
4. Custos e despesas por natureza	10
5. Resultado financeiro	11
6. Tributos sobre o lucro	11
7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias	12
8. Intangível	13
9. Imobilizado	14
10. Provisões para processos judiciais	15
11. Patrimônio Líquido	17
12. Partes relacionadas	17
Responsável Técnico	18

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração Intermediária do Resultado
 Em milhares de reais

	Notas	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
		2025	2024
Receita de serviços, líquida	3	6.092.730	5.756.086
Custos dos serviços prestados	4(a)	(4.035.217)	(3.842.432)
Lucro bruto		2.057.513	1.913.654
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(27.393)	(24.736)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4(c)	(277.117)	12.580
Lucro operacional		1.753.003	1.901.498
Resultado financeiro, líquido	5	(836.147)	(808.686)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		916.856	1.092.812
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda	6	(229.214)	(273.203)
Contribuição social		(82.517)	(98.353)
		(311.731)	(371.556)
Lucro líquido do período		605.125	721.256

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

		Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	Notas	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		916.856	1.092.812
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	8 e 9	1.141.471	1.092.518
Atualização do contrato de concessão	5	181.811	240.027
Provisão para processos judiciais	4 (c) e 10	247.093	17.158
Perda com baixas do imobilizado e intangível	8 e 9	380.395	72.518
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		(17.828)	63
Almoxarifado		39.887	63.704
Tributos a recuperar		(170.427)	(161.892)
Depósitos judiciais		2.112	80.489
Fornecedores		(277.512)	(102.323)
Fornecedores - Partes relacionadas		18.074	202
Obrigações sociais e tributárias		81.025	45.776
Contingências		(180.390)	(1.917)
Outros ativos e passivos, líquidos		48.294	26.684
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.410.861	2.465.819
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	8 e 9	(1.654.705)	(1.467.927)
Pagamento dos passivos relacionados a outorga da concessão		(154.906)	(215.756)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.809.611)	(1.683.683)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período		601.250	782.136
Transferência do caixa para partes relacionadas		(601.250)	(782.136)
Partes relacionadas no início do período		15.743.047	13.286.808
Partes relacionadas ao final do período		15.141.797	12.504.672

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Balço Patrimonial Intermediário
Em milhares de reais

	Notas	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo			
Ativo circulante			
Partes relacionadas	12	51.862	34.034
Almoxarifado		249.809	289.696
Outros		33.244	13.279
		334.915	337.009
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	1.269.811	1.099.384
Depósitos judiciais	10	47.822	49.934
		1.317.633	1.149.318
Intangível	8	19.811.453	19.785.265
Imobilizado	9	15.522.959	15.391.711
		35.334.412	35.176.976
Total do ativo		36.986.960	36.663.303
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		819.520	1.097.032
Obrigações sociais e tributárias	7	5.713.444	5.320.687
Partes relacionadas	12	28.853	10.779
Dividendos a pagar	11(c)	271.918	271.918
Passivos relacionados a outorga da concessão	8	449.092	299.571
Outros		291.177	226.115
		7.574.004	7.226.102
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	12	15.141.797	15.743.047
Passivos relacionados a outorga da concessão	8	2.961.213	3.059.232
Provisões para processos judiciais	10	142.535	72.636
		18.245.545	18.874.915
Total do passivo		25.819.549	26.101.017
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	11	3.597.790	3.597.790
Reserva legal		456.689	456.689
Outras reservas de lucros		6.507.807	6.507.807
Lucros acumulados		605.125	–
Total do patrimônio líquido		11.167.411	10.562.286
Total do passivo e patrimônio líquido		36.986.960	36.663.303

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.597.790	399.443	5.692.052	-	9.689.285
Lucro líquido do período				721.256	721.256
Saldo em 30 de setembro de 2024	3.597.790	399.443	5.692.052	721.256	10.410.541

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.597.790	456.689	6.507.807	-	10.562.286
Lucro líquido do período	-	-	-	605.125	605.125
Saldo em 30 de setembro de 2025	3.597.790	456.689	6.507.807	605.125	11.167.411

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2025	2024
Receita bruta		
Receita de serviços	7.664.499	7.240.367
Outras receitas	63.624	66.488
Menos:		
Custo dos serviços de transporte de carga	(1.002.547)	(874.240)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(1.152.666)	(1.116.551)
Custos dos serviços de transportes de passageiros	(43.833)	(45.446)
Outras despesas	(368.134)	(78.645)
Valor adicionado bruto	5.160.943	5.191.973
Depreciação e amortização	(1.141.471)	(1.126.542)
Valor adicionado líquido	4.019.472	4.065.431
Recebido de terceiros:		
Receita financeira	2.931	6.621
Total do valor adicionado a distribuir	4.022.403	4.072.052
Remuneração direta	421.555	413.108
INSS	86.432	87.706
FGTS	24.047	24.134
Benefícios	162.666	154.705
Despesas financeiras	839.078	815.307
Impostos federais	1.001.699	1.024.374
Impostos estaduais	881.801	831.462
Lucro líquido do período	605.125	721.256
Distribuição do valor adicionado	4.022.403	4.072.052

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias "Carve-out"

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a "Ferrovia" ou "EFC") compreende uma ferrovia de 979 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e a Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Posteriormente, em janeiro de 2024, atendendo uma requisição do Ministério dos Transportes, a Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a União Federal, voltaram a discutir as condições gerais dos contratos de concessão e, em 30 de dezembro de 2024, estabeleceram as bases gerais para uma repactuação dos contratos de concessão celebrado em dezembro de 2020, com o objetivo de promover a modernização e atualização dos contratos vigentes. Este processo foi sujeito à avaliação e anuência das autoridades competentes e sua conformação se daria por meio de uma solução consensual debatida com os órgãos envolvidos junto ao Tribunal de Contas da União.

No âmbito dessas bases gerais, a Vale se comprometeu com um aporte global máximo de aproximadamente R\$ 6.681.542, destinado à revisão da base de ativos da EFC, à otimização de obrigações contratuais e ao replanejamento de investimentos.

Adicionalmente, a Vale realizou um pagamento antecipado, em relação ao fluxo de caixa anteriormente planejado, no montante de R\$ 2.770.616 em 30 de dezembro de 2024.

Entretanto, em 28 de agosto de 2025, no contexto da solução consensual conduzida pelo Tribunal de Contas da União, não foi possível alcançar consenso entre as partes dentro do prazo estipulado.

Apesar das discussões em andamento, os contratos de concessão permanecem vigentes, a Companhia mantém-se adimplente em relação às obrigações estabelecidas e segue comprometida com os termos gerais definidos no acordo celebrado em 30 de dezembro de 2024. A Companhia entende que as provisões registradas, bem como seu respectivo reflexo no ativo intangível, continuam adequadas para o cumprimento das obrigações relacionadas às concessões e realização dos respectivos ativos, razão pela qual não houve impactos nos montantes registrados em seus ativos e passivos.

Em 30 de setembro de 2025, a Ferrovia EFC possui um passivo relacionado a outorga da concessão no valor de R\$ 3.410.305 (R\$ 3.358.803 em 31 de dezembro de 2024).

2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias "Carve-out"

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias "Carve-out" ("informações financeiras intermediárias") foram preparadas considerando os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões ("Anexo 8") celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas informações financeiras intermediárias e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale.

b) Base de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Anexo 8” firmado com a União.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Vale, em 14 de novembro de 2025.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Após a renovação das concessões ferroviárias realizadas em dezembro de 2020, foi acordado entre a Vale e a ANTT, que a partir de dezembro de 2021 a Ferrovia deveria divulgar em seu relatório financeiro a demonstração do valor adicionado. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Anexo 8 e incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação dessas informações financeiras intermediárias estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 9 e 10.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma, conforme determinado no Anexo 8 e descrito na política contábil da nota 12, a demonstração dos fluxos de caixa representa a movimentação dos saldos de partes relacionadas nas informações financeiras intermediárias.

3. Receita de serviços, líquida

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2025	2024
Transporte próprio da Vale	7.232.163	6.824.280
Transporte de carga geral e de passageiros	139.235	145.132
Receita acessória de transporte	293.101	270.954
Impostos sobre receitas	(1.571.769)	(1.484.280)
Total	6.092.730	5.756.086

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço para o minério próprio transportado, conforme tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT, conforme citado no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2025	2024
Pessoal	(694.700)	(679.654)
Material e serviço	(1.186.216)	(1.195.673)
Óleo combustível e gases	(848.481)	(731.055)
Depreciação e amortização	(1.141.471)	(1.126.542)
Outros	(164.348)	(109.508)
Total	(4.035.217)	(3.842.432)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2025	2024
Pessoal	(13.127)	(11.527)
Serviços	(6.172)	(6.477)
Depreciação e amortização	(2.842)	(2.355)
Outras	(5.252)	(4.377)
Total	(27.393)	(24.736)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2025	2024
Provisão para processos judiciais (nota 10)	(247.093)	(17.158)
Pesquisa e desenvolvimento	(30.484)	(8.828)
Venda de materiais	62.637	63.717
Ajuste de inventário	(61.244)	(26.784)
Outras	(933)	1.633
Total	(277.117)	12.580

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

5. Resultado financeiro

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros	(654.082)	(566.887)
Atualização do contrato de concessão	(181.811)	(240.027)
Variações monetárias e cambiais	(3.184)	(8.393)
	(839.078)	(815.307)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	2.931	6.621
	2.931	6.621
Resultado financeiro líquido	(836.147)	(808.686)

Política contábil

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens da despesa financeira e receitas financeiras estão demonstradas na nota explicativa "12. Partes relacionadas" e "8. Intangível"

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	916.856	1.092.812
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(311.731)	(371.556)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo		
COFINS	1.081.250	941.244
PIS	188.561	158.140
Total a recuperar	1.269.811	1.099.384
Passivo		
Obrigações sociais	167.855	154.075
ISS	8.670	10.564
IRPJ	3.587.338	3.355.279
CSLL	1.303.406	1.220.882
Outras	646.175	579.887
Total a recolher	5.713.444	5.320.687

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma os tributos a recuperar e obrigações sociais e tributárias foram apresentados de forma acumulada no Balanço Patrimonial da Ferrovia.

8. Intangível

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.479.168
Adições	293.818
Atualização do contrato de concessão	(69.826)
Amortização	(516.093)
Saldo em 30 de setembro de 2024	17.187.067
Custo	23.077.326
Amortização	(5.890.259)
Saldo em 30 de setembro de 2024	17.187.067
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.785.265
Adições	595.229
Atualização do contrato de concessão	24.597
Amortização	(577.123)
Baixas	(16.515)
Saldo em 30 de setembro de 2025	19.811.453
Custo	26.354.211
Amortização	(6.542.758)
Saldo em 30 de setembro de 2025	19.811.453

Passivos relacionados a outorga da concessão

O passivo reconhecido da EFC, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos, que totalizam um montante de R\$ 3.410.305 em 30 de setembro de 2025. A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela ANTT, podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas as circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Política contábil

Intangível - Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

Os pagamentos relacionados à outorga são descontados utilizando-se o custo médio ponderado de capital (“WACC”) regulatório, que é a taxa de juros explícita no contrato de concessão conforme determinado pela ANTT, e os pagamentos relacionados às demais obrigações de investimento são descontados por uma taxa incremental para refletir o valor do dinheiro no tempo, ou seja, uma taxa de juros livre de risco aplicável ao ambiente econômico no qual a Companhia opera e com termos e condições equivalentes aos das obrigações assumidas.

Os valores a pagar à título de outorga por direitos de concessão são registrados em contrapartida ao ativo intangível.

9. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.888.176	4.068.630	339.865	5.593.086	2.651.128	14.540.885
Adições	–	–	–	–	1.174.109	1.174.109
Baixas (ii)	–	–	–	–	(2.692)	(2.692)
Depreciação	(9.563)	(163.230)	(28.170)	(375.462)	–	(576.425)
Transferências	53.815	129.926	(28.993)	343.598	(498.346)	–
Saldo em 30 de setembro de 2024	1.932.428	4.035.326	282.702	5.561.222	3.324.199	15.135.877
Custo	2.689.045	6.744.526	956.286	9.550.806	3.324.199	23.264.862
Depreciação acumulada	(756.617)	(2.709.200)	(673.584)	(3.989.584)	–	(8.128.985)
Saldo em 30 de setembro de 2024	1.932.428	4.035.326	282.702	5.561.222	3.324.199	15.135.877
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.974.746	4.184.233	279.631	5.617.671	3.335.430	15.391.711
Adições	–	–	–	–	1.059.476	1.059.476
Baixas (ii)	–	(151)	(29)	(46.485)	(317.215)	(363.880)
Depreciação	(9.925)	(178.198)	(31.138)	(345.087)	–	(564.348)
Transferências	55.178	45.133	(11.994)	279.144	(367.461)	–
Saldo em 30 de setembro de 2025	2.019.999	4.051.017	236.470	5.505.243	3.710.230	15.522.959
Custo	2.866.072	7.169.966	992.924	9.822.142	3.710.230	24.561.334
Depreciação acumulada	(846.073)	(3.118.949)	(756.454)	(4.316.899)	–	(9.038.375)
Saldo em 30 de setembro de 2025	2.020.000	4.051.017	236.470	5.505.243	3.710.230	15.522.959

(i) Referem-se a vagões, locomotivas e infraestrutura da Ferrovia.

(ii) Conforme mencionado na nota 1, as Ferrovias são controladas por centros de lucro e existem movimentações de ativos imobilizados para outros centros de lucro o que ocasiona a baixa desses ativos da Ferrovia.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

10. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A Ferrovia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Ferrovia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos tributários – A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados à diversos tributos.

Processos cíveis – Ações em que são discutidas: indenizações de prejuízos, pagamentos e multas contratuais em função de desequilíbrio ou descumprimentos contratuais que são alegados por fornecedores.

Processos trabalhistas – Ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem horas extras, danos morais, adicional de periculosidade e insalubridade.

Processos ambientais – Ações em que são discutidos danos ambientais e questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.149	12.864	27.688	1.289	54.990
Adições e reversões, líquido	-	10.247	6.811	100	17.158
Pagamento	-	(1.438)	(8.330)	-	(9.768)
Atualizações monetárias, líquido	691	5.594	1.483	83	7.852
Saldo em 30 de setembro de 2024	13.840	27.267	27.652	1.472	70.232

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais (i)	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.099	27.725	29.311	1.501	72.636
Adições e reversões, líquido	17	5.667	73.709	167.700	247.093
Pagamento	(26)	(1.029)	(11.535)	(167.800)	(180.390)
Atualizações monetárias, líquido	678	(128)	2.558	88	3.196
Saldo em 30 de setembro de 2025	14.768	32.235	94.043	1.489	142.535

(i) A adição da provisão e o respectivo pagamento referem-se, principalmente, à atualização do acordo firmado com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), em decorrência de um incidente ocorrido no município do Maranhão.

b) Processos judiciais não provisionados

	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Processos tributários	72.816	69.140
Processos cíveis	1.122.626	1.061.380
Processos trabalhistas	205.282	152.020
Processos ambientais	73.466	389.233
Total	1.474.190	1.671.773

c) Depósitos judiciais

	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Processos tributários	437	2.743
Processos cíveis	11.255	11.718
Processos trabalhistas	23.463	23.300
Processos ambientais	12.667	12.173
Total	47.822	49.934

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação presente for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

Para fins das informações financeiras intermediárias, a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

Em 30 de setembro de 2025, a contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

Em 30 de setembro de 2025, as reservas de lucros são de R\$ 7.569.621 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do período corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 30 de setembro de 2025 não foram destinados valores para “dividendos a pagar”, permanecendo o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 271.918.

Política contábil

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição de capital e reservas seguirão a política e as condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelos acionistas da Companhia.

12. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas informações financeiras intermediárias podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2024
Vale (i)	–	–	15.141.797	15.743.047	7.246.135	6.836.619
VLI	35.183	5.955	27.998	–	154.931	171.927
Ferrovia Norte Sul	4.914	19.977	34	–	196.989	145.285
Outros	11.765	8.102	821	10.779	66.444	86.536
Total	51.862	34.034	15.170.650	15.753.826	7.664.499	7.240.367

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de disponibilidades, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 3) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no Anexo 8, o saldo da “nova” conta de “disponibilidades”, denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira, criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base nas aplicações financeiras praticados pela Vale com a contrapartida na conta “receitas financeiras”. Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

Responsável Técnico

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O